

Título: “Linguagem eufemística em tempos de catástrofe, carta aberta à Ministra da Saúde, Dr^a Marta Temido”

Autor: José MD Poças (Médico especialista em Medicina Interna, Infeciologia e Medicina do Viajante; Diretor do Serviço de Doenças Infecciosas do CHS; Elemento do Gabinete de Crise para a COVID do CHS; Subscritor do Documento remetido pelo mesmo Gabinete à Ministra da Saúde)

“À medida que prorrogamos as decisões, antecipamos as catástrofes” (Josemar Bosi, escritor brasileiro, sec. XX-XXI)

“O Homem constrói as suas próprias catástrofes apocalípticas” (Amauri Valim, escritor brasileiro, Sec. XX-XXI)

“Nas catástrofes, o grito mais alto é o do silêncio dos mortos” (Léo da Silva Alves, Professor Universitário e Jurista brasileiro, Sec. XX-XXI)

Desde há muitos anos que aprendi, seguindo o meu próprio instinto e alguma experiência de vida acumulada, a seguir a máxima do filósofo norte-americano, Henry David Thoreau, que deixou dito, com exemplar clarividência, que *“diz o que tens a dizer, não o que deverias”*. Vivemos, presentemente, algo que se pode assemelhar ao que o filantropo norte-americano, Bill Gates, profetizou em 2015, quando antecipou, de modo provocatório, mas com idêntica lucidez, que *“atualmente, o maior risco de uma catástrofe global está num vírus altamente infeccioso e não numa guerra. Se algo matar 10 milhões de pessoas nas próximas décadas, serão micróbios e não mísseis”*. Na *mouche*, poderemos concluir.

Não sabendo se o mesmo se referiria a um evento espontâneo ou a uma guerra biológica, que alguns dizem convictamente temer que um destes dias nos venha a surpreender e possa aniquilar a espécie Humana, o certo é que os cenários bélicos, designadamente o que se passou no Holocausto nazi (e noutras hecatombes humanitárias que ocorreram com demasiada frequência ao longo da História), algumas delas provocadas pela mão do próprio Homem, como nesse hediondo exemplo concreto, outras pelas da Mãe-Natureza, o certo é que o papel da medicina e do médico não pode deixar de ser aquele que sempre foi, e assim deverá permanecer de forma inalienável: o da defesa intransigente da ética do relacionamento humano, nem que tal signifique desobedecer a ordens contrárias a esses intemporais valores ou a desafiar as hierarquias de forma consequente com os mesmos, pois nada deverá hipotecar a confiança do doente na decisão do seu médico.

Em contextos particularmente adversos como aquele em que presentemente vivemos, em que nos sentimos literalmente esmagados pelo anúncio, em catadupa, de hipotéticos cenários, de notícias, de opiniões, de entrevistas, de estudos, de decisões, e, sobretudo de falsas certezas e de perigosas omissões, é muito difícil, por vezes, manter a necessária serenidade nas atitudes e a imprescindível ponderação na análise dos fenómenos, pois existe muita precipitação, demasiada incoerência, quando não, nefasta hesitação e cede de protagonismo à nossa volta. Uma das tendências seguidas para lidar com estes problemas, será a de abafar a crítica, mesmo que construtiva, por achá-la a destempo. Outra, é a de adocicar a terminologia das expressões, com o alegado receio de se precipitar o pânico. Porque, dizem, numas circunstâncias, ter-se-á que optar, mais do que condenar, elogiar antes o comportamento dos cidadãos, para exaltar o seu ego, na convicção de que isso será benéfico para que os mesmos obedeçam adequadamente às diretivas superiormente imanadas. Noutras, prefere-se utilizar linguagem eufemística, para, alegadamente, não provocar nefastos incumprimentos, ou, mesmo, evitáveis insurreições. Para os cultores deste tipo de estratégias, frequente e paradoxalmente os mesmos, o povo é

maioritariamente composto por uma amálgama acrítica e inerte de cidadãos, supostamente incapazes de ter um juízo assertivo sobre o que os circunda, tal como desprovidos da vital inteligência instintiva.

Desta forma, no léxico que vai sendo utilizado pela *intelligentsia* reinante, qual “*diktat* Orwelliano”, apelidar a atual situação de catastrófica, é um verdadeiro sacrilégio, próprio de insurretos incorrigíveis e irresponsáveis. Pois eu venho-me confessar ser um deles. Que me julguem. Que me repreendam. Cá estarei para o que aí vier. Desengane-se, no entanto, quem possa pensar que venho exigir, nesta altura, como esta exposição, a cabeça seja de quem for. O momento é demasiado sério e grave para provocar o jogo da dança das cadeiras do poder. De resto, enquanto redator e subscritor do documento referido em epígrafe, tive (tivemos) a preocupação de dar (darmos) um contributo genuíno, composto por propostas concretas exequíveis para melhorar a resposta à pandemia no nosso País. Depois de passada a tormenta, logo será tempo para se fazer o balanço e se apurarem as responsabilidades. Por ora, é altura de metermos mãos à obra, como soe dizer-se, e colaborarmos todos para o mesmo fim o melhor que formos capazes. Mas, nunca, ficar em silêncio ou deixar de denunciar, com imprescindível convicção, aquilo que é iníquo, a pretexto do que possa vir a ser evocado.

Não se pense que, contudo, mesmo nos cenários mais adversos como o que vivemos, a tão usual expressão “*não é possível fazer mais nada*” nos isenta de “*nada fazer*”. Não. De todo. Como escrevi num dos ensaios preparatórios (ainda não publicado) para o livro da Ordem dos Médicos sobre a “Relação Médico-Doente”, de que fui editor e coautor, “*este relacionamento tão único, no particularíssimo contexto da Medicina Humanitária (em tudo semelhante à que nos vemos na contingência de presentemente praticar), para além de ter de procurar respeitar (se possível...) tudo aquilo que é usual exigir-se nas situações clínicas mais usuais, tem a particularidade de poder decorrer entre pessoas sujeitas a um esmagador stress emocional, em que a sensação de vulnerabilidade do Ser Humano é aterradora, a exiguidade de meios muitíssimo limitativa, o tempo disponível para cada ato médico, extremamente exíguo, a pressão das circunstâncias e dos circundantes, avassaladora, a comunicação verbal interpessoal, difícil, ou, mesmo, quase impossível, enfim, a sensação que prevalece, será, muitas vezes, a de que o fim da própria vida, e, quiçá, do mundo, pode estar iminente. Podendo, certamente, tudo isto estar presente, num dado momento, isso não implica que falte aquela centelha de humanismo e de bondade, capazes de poder transformar esse, num momento inesquecível para ambos os seus protagonistas. É que há alturas em que aquilo que, noutras circunstâncias, poderia saber a pouco e estar desprovido de qualquer significado digno de registo, pode tornar-se em algo tão precioso, que não há palavras que o possam classificar. Apenas o coração é capaz de entender e a memória dos participantes fazer o correto registo. Para sempre. Tal e qual como dizia o grande aventureiro, escritor e ilustrador Antoine Saint-Exupery “só com o coração se pode ver bem o que é essencial e invisível aos olhos”.*

Assim sendo, vem a propósito relatar de seguida, sumariamente, a minha experiência no ADR (Atendimento de Doentes Respiratórios) de adultos do Serviço de Urgência do CHS no passado sábado, no qual foi patente que nos tempos por que passamos, o que mais angustia os médicos e os restantes profissionais que estão a cuidar diretamente dos doentes vítimas da pandemia provocada pelo SARS CoV-2, é terem a consciência que é a prática da medicina humanizada que tanto prezam que está verdadeiramente em causa, pois terem-se que confrontar, a cada momento, com a necessidade de prescindir de propiciar o nível de cuidados médicos diferenciados a que os doentes deveriam ter acesso por direito inalienável, que lhes poderia inclusive salvar a vida, em muitas circunstâncias, e evitar irreversíveis debilidades futuras

noutras, é algo de esmagadoramente frustrante. O mesmo sentem quando presenciam, a cada instante, muitos desses mesmos enfermos, terem de esperar pelo acesso a uma vaga de enfermaria, quando não a uma simples maca, por vezes desconfortavelmente sentados numa cadeira durante vários dias, tão exaustos de cansaço quanto os profissionais que os tratam, mas com vulnerabilidades de saúde física e psíquica incomensuravelmente maiores, é igualmente muitíssimo traumatizante do ponto de vista psicológico, ao ponto de, não raramente, alguns destes profissionais, como já presenciei, terminarem um turno de trabalho com uma inconsolável tristeza e revolta expressa num rosto cheio de lágrimas, pois nenhum dos mesmos foi educado ou treinado para se confrontar, impotente, com tal terrífico cenário, todos os dias e turno atrás de turno.

Porque prezo muito a minha responsabilidade e sentido de ética profissional e não pretendo ser tomado, pelo meu silêncio, como conivente com as graves quebras verificadas nas condições de segurança dos doentes e de iníqua e desproporcional distribuição dos recursos para fazer face à pandemia, tal como pretendo ver mantida a vital humanização na prestação de cuidados, impus-me tornar públicas estas preocupações, dirigindo-me à hierarquia máxima do Ministério da Tutela, para que se resolvam estes problemas da melhor e mais célere forma possível, de modo a serem evitados mais indignos cenários como os que ali presenciei. A título exemplificativo, descreveria apenas duas curtas histórias, eloquentemente demonstrativas da magnitude daquilo que estou a pretender expor.

A primeira, em que me vi na contingência de ter sido confrontado com o enorme desespero de um doente que, num assomo de quase “loucura”, embora consciente de que estava numa condição de saúde muito vulnerável, pediu para ter alta à sua inteira responsabilidade, pois, clamava convictamente, preferir correr o risco de ir morrer em sua casa, do que estar internado em tão parcas condições e assistir a todo o terrível cenário de desumanização que o rodeava e que envolvia muitas outras dezenas de doentes também. Como não o conseguisse convencer do contrário, acabei por lhe perguntar se tinha filhos, ao que me espondeu que sim, que eram três, com idades compreendidos entre os 26 e os 40 anos, acrescentando também que era professor ainda no ativo e que tinha deixado a sua mulher internada noutra hospital, com a mesma doença, pois não havia aí lugar para ambos. Quando já me tinha dado quase por “derrotado”, no propósito de o convencer a ficar “internado” mais algum tempo, na tentativa de o poupar a uma morte quase certa, mas, muito possivelmente, evitável e inglória, argumentei que lhe dava inteira razão pelo facto de se sentir muito desconfortável por estar sentado numa cadeira há vários dias, mas que, mesmo assim, estava a ser tratado e vigiado por profissionais de saúde diligentes e competentes. Deixei-lhe, então, o repto de ligar a um dos seus filhos, o que não evitou, que assinasse de imediato e de forma decidida, a sua própria alta contra parecer médico. Qual não foi a minha surpresa, quando o vi entrar, volvidos alguns instantes, pelo gabinete de trabalho dentro, perguntando-me se poderia anular a referida alta, pois acabara de falar ao telemóvel como um dos seus filhos. Como não poderia deixar de ser, respondi prontamente que sim. Certamente que os argumentos do amor filial foram bem mais convincentes do que os de índole científica e racional que eu tinha utilizado, ainda que com toda a convicção e empatia possíveis.

A outra, consistiu na necessidade de ter de explicar a muitos outros cidadãos sofredores da mesma patologia, também ali internados, porque é que dava alta para o domicílio a uns, e, a outros, o acesso à tão almejada cama de enfermaria ou de Cuidados Intensivos, e não a todos os restantes, enquanto estes me questionavam com um olhar cheio de súplica ou, mesmo, por

intermédio de curtas, mas comoventes interjeições. Estou certo que, a alguns deles, a atitude do professor, ter-lhes-á passado pela cabeça, mas não arranjam coragem para tal...

O que é que se poderá chamar a tudo isto, senão uma verdadeira catástrofe, pergunto a quem não tem a sensibilidade e a coragem de apelidar este terrífico cenário como tal? Como disse lapidariamente Walter Benjamin, um filósofo alemão “*que as coisas continuem como antes, eis a catástrofe*”. Que pretexto, afinal, poderia calar tamanho clamor de consciência, é a última interrogação que deixo ao terminar esta reflexão, que decidi hoje partilhar com outrem.

Setúbal, 2021/02/02